

CHEFIAS DO MP E JUDICIÁRIO PAULISTAS NO GOLPE DE 64

Antonio Visconti

Deposto o presidente João Goulart, o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República e o intitulado Comando Revolucionário passou a se movimentar a fim de dar contornos à nova ordem, baixando, dias depois, o Ato Institucional (não tinha número pois a promessa era de realizar eleições presidenciais na data aprazada – 3 de outubro de 1965).

Ao mesmo tempo iniciava-se a caça às bruxas, tendo por alvo os opositores à nova ordem. Mandatos parlamentares foram cassados, assim como afastados magistrados, membros do Ministério Público, governadores, prefeitos, dirigentes sindicais, enfim todos quanto que tivessem alguma parcela de poder e pudessem trazer algum embaraço à nova ordem.

No Estado de São Paulo, promotores de justiça de comarcas nas quais não havia Justiça do Trabalho de Primeiro Grau, incumbidos da representação judicial dos trabalhadores, que revelavam maior empenho nessa atribuição, passaram a ser vistos como subversivos, assim como os Juízes de Direito, vistos como parciais, favorecedores dos trabalhadores¹.

Os promotores eram muito mais numerosos, porque a maioria das pendências se resolvia por acordos realizados em seus gabinetes. Iniciada a perseguição a juízes e promotores, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Werner Rodrigues Nogueira, imediatamente se colocou em sua defesa. Um deles era Luiz Carlos Alves de Souza, Promotor de Pompéia, preso quando chegava a casa de seu pai, em Garça². O Procurador-Geral entendeu-se com o comando do 2º Exército (hoje Comando Militar do Sudeste) e conseguiu que fosse imediatamente informado de qualquer investigação atinente a promotores. Com essa informação prévia nenhum outro promotor foi preso, evidentemente³.

Cuidou de realizar um ato em Araraquara com o Secretário da Justiça, Professor Miguel Reali, para aparentar o apreço do Ministério Público com o novo

¹ O Juiz de Direito de Pacaembu, efetivada a ruptura da ordem constitucional, mandou hastear a bandeira brasileira a meio pau na fachada do Fórum, em sinal de luto pela morte da Constituição. Foi preso e depois aposentado

² A Promotoria de Garça era ocupada por Maurício José da Cunha, titular em Agudos e convocado em Garça. Viu a prisão do colega ou soube dela. Sabia-se suspeito de subversivo pois também realizava com muito empenho a representação dos trabalhadores. Imediatamente, em seu “fusquinha”, retornou a Agudos, onde ainda residia. Chegando ao trevo desta cidade, na Rodovia Mal. Rondon, foi abordado pelo Delegado de Polícia do município, cujo o nome não tenho autorização para revelar, e que disse a Maurício que não fosse a sua casa mas à dele, onde já se encontravam esposa e filhos de Maurício. Explicou que nas proximidades da casa de Maurício estavam policiais que deveriam prendê-lo. Assim, pode deixar Agudos em direção a São Paulo, escapando da prisão.

³ Dr. Werner me contou que a situação de um destes promotores era muito delicada, pelo tipo de acusações que pesavam contra ele. Por isso, abrigou-o na própria casa dele, Dr. Werner, porque ali ninguém iria procurar o colega....

regime e assim melhor preservar os promotores contra atos de arbítrio. Entre os primeiros promotores punidos, Darcy Passos e Luiz Carlos Alves de Souza atestam a exemplar conduta do chefe da instituição. Vale ressaltar que procuradores gerais reputavam inconveniente atividade político partidária de promotores e tentaram afastá-los desta, sem sucesso, pois não havia impedimento legal a esse comportamento. Dessa forma, caso o Dr. Werner não fosse homem de grande caráter, bastaria omitir-se e deixar que os promotores arcassem com as consequências de suas posições políticas.

Já pelo lado do Poder Judiciário, não foi bem assim. Ante a notícia da concessão de alguns *habeas corpus* a presos, por suspeita de subversão, foi expedida nota oficial recomendando especial cuidado dos Magistrados no exame desses pedidos, muitos formulados por Promotores.

Parecia que, em linguagem cifrada, a recomendação era de se dançar conforme a música, ou seja, evitar a concessão da ordem. Ante a má repercussão dessa medida nos meios forenses, o Juiz de Agudos, Dr. Gastão Moura Maia Filho, escreveu artigo na *Folha da Manhã* (hoje Folha de São Paulo) em defesa do Tribunal de Justiça, explicando que absolutamente não existia orientação alguma no sentido de evitar a coibição de possíveis arbitrariedades, mas tão só de maior cuidado no exame dos pedidos. Foi chamado à Corregedoria da Justiça para explicações. Liquidou com a audiência em poucos minutos com uma simples indagação: “quer dizer que eu estava enganado? A ordem era mesmo para negar os *habeas corpus*?”.

Na sequência das punições revolucionárias, foi aposentado o Desembargador Edgard Moura Bittencourt, notabilizado por suas posições progressistas, autor de clássica obra sobre o concubinato. Na primeira sessão do Pleno do Tribunal (na época eram apenas 36 Desembargadores e todos compunham esse órgão), a grosseira arbitrariedade ia passando em branco, não fosse a enérgica intervenção do Desembargador João Batista de Arruda Sampaio, do quinto constitucional do Ministério Público, notório e barulhento opositor do novo regime, revoltado com a cassação de mandato e suspensão de direitos políticos de seu filho, o Promotor Plínio de Arruda Sampaio, então deputado federal. A desculpa dada na época foi de que a manifestação do tribunal viria no final da sessão...

Sabe-se que, inclusive, alguns Juízes suspeitos de subversão procuraram de início o Procurador-Geral de Justiça, o já citado Dr. Werner, certos da boa acolhida que teriam.

Costuma se dizer que há males que vêm para o bem. Era Juiz de Direito em Fernandópolis o Dr. Kazuo Watanabe. Nos tempos de estudante notabilizou-se por posições progressistas. Integrava a Frente Acadêmica Nacionalista, surgida certamente na luta pelo monopólio estatal do petróleo. Teve alguns problemas com advogado da comarca, que ainda em 1963 o acusou de comunista.

A denúncia era de tamanha gravidade naqueles tempos que o próprio Presidente do Tribunal, Desembargador Joaquim de Sylos Cintra, deslocou-se a Fernandópolis para apurá-la. Como de praxe, pediu processos para examinar (forma

elegante de disfarçar a finalidade da visita), certamente já se informara antes do conceito de que gozava o Magistrado na comarca. Acabou tão bem impressionado com o desempenho de Kazuo que acabaram ficando compadres – foi convidado a apadrinhar um filho do jovem magistrado. E este, em 1964, já estava imunizado contra qualquer forma de perseguição.

Finalmente, um registro sobre o fim da permanência do Dr. Werner Rodrigues Nogueira na chefia da instituição: promotor que anunciou investigação de atos de corrupção do Governador da época atraiu obviamente as iras deste, que era proprietário de um jornal sensacionalista da Capital. Havia rumores sobre a orientação sexual do promotor e o político ameaçou trazê-los a público em seu jornal. Naqueles tempos seria um enorme escândalo. O Procurador-Geral então, como autorizava a lei, avocou o processo e designou outro promotor para neste ofício, conhecido por sua seriedade e competência. Dr. Werner ficou mal com a opinião pública, por haver causado a impressão de que pretendia proteger o Governador, e também ficou mal com o Governador porque não designou um Promotor que atuasse no interesse deste. Só lhe restou pedir demissão.